

# **Deutsche Bank Brasil**

Demonstrações financeiras em IFRS  
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - 3 - 5

Demonstrações dos resultados - 6

Demonstrações dos resultados abrangentes - 7

Balancos patrimoniais - 8

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 9

Demonstrações dos fluxos de caixa - 10

Índice das notas explicativas às demonstrações financeiras - 11 - 60



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

## Aos Acionistas e Diretores do

Deutsche Bank S.A.- Banco Alemão

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 21 de março de 2019.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

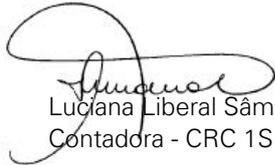
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia  
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**Demonstrações dos Resultados**

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receitas financeiras		2.277.493	1.116.318
Despesas financeiras		(2.037.585)	(976.119)
<b>Margem financeira</b>	<b>6</b>	<b>239.908</b>	<b>140.199</b>
Receitas de serviços e comissões		149.949	175.553
Despesas com serviços e comissões		(14.670)	(12.402)
<b>Resultado líquido de serviços e comissões</b>	<b>7</b>	<b>135.279</b>	<b>163.151</b>
Resultado de instrumentos financeiros	<b>8</b>	(10.427)	(16.550)
Ganhos ou perdas com instrumentos financeiros	<b>9</b>	(77.121)	112.832
<b>Resultado de instrumentos financeiros</b>		<b>(87.548)</b>	<b>96.282</b>
<b>Resultado de redução ao valor recuperável</b>		<b>(8.435)</b>	<b>(4.030)</b>
Despesas com pessoal	<b>10</b>	(141.949)	(160.247)
Depreciação e amortização	<b>11</b>	(2.624)	(6.630)
Outras receitas/despesas	<b>12</b>	(12.336)	(8.308)
Despesas tributárias	<b>13</b>	(16.967)	(21.132)
Outras despesas administrativas	<b>14</b>	(68.521)	(66.606)
<b>Resultado antes do imposto</b>		<b>36.807</b>	<b>132.679</b>
Impostos corrente e diferido	<b>15</b>	(44.550)	(61.633)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(7.743)</b>	<b>71.045</b>
Quantidade de ações		801.494.530	801.494.530
<b>(Prejuízo) / Lucro por ação R\$</b>	<b>16</b>	<b>(0,01)</b>	<b>0,09</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**Balanço Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17</b>	<b><u>2.748.138</u></b>	<b><u>4.320.954</u></b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>			
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		<b><u>1.794.996</u></b>	<b><u>1.302.127</u></b>
Instrumentos de dívida	<b>18</b>	479.841	-
Créditos a clientes e recebíveis	<b>18</b>	1.328.976	1.310.552
Redução ao valor recuperável	<b>18</b>	(13.821)	(8.425)
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>		<b><u>84.633</u></b>	<b><u>978.179</u></b>
Instrumentos de dívida		-	772.998
Instrumentos financeiros derivativos	<b>18</b>	84.633	205.181
<b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b><u>885.264</u></b>	<b><u>-</u></b>
Instrumentos de dívida	<b>18</b>	885.264	-
<b>Ativo tangível</b>	<b>19</b>	<b>7.574</b>	<b>7.800</b>
<b>Créditos tributários</b>		<b><u>209.685</u></b>	<b><u>263.149</u></b>
Ativos tributários correntes	<b>20</b>	20.157	52.920
Ativos tributários diferidos	<b>20</b>	189.528	210.229
<b>Outros ativos</b>	<b>21</b>	<b>111.270</b>	<b>765.115</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u><u>5.841.560</u></u></b>	<b><u><u>7.637.324</u></u></b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>		
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>3.641.651</b>	<b>5.229.258</b>
<b>Mensurado ao custo amortizado</b>		<b>3.422.611</b>	<b>5.109.284</b>
Depósitos de clientes	22	1.677.831	2.971.061
Depósitos de instituições financeiras	22	322.630	206.077
Empréstimos e financiamentos	22	1.422.150	1.932.146
<b>Mensurado ao valor justo no resultado</b>		<b>219.040</b>	<b>119.974</b>
Instrumentos financeiros derivativos	22	219.040	119.974
<b>PROVISÕES</b>		<b>359.778</b>	<b>556.665</b>
Provisões	23	297.984	313.348
Outros passivos	24	62.135	243.317
Redução ao valor recuperável		(341)	-
<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>237.983</b>	<b>245.445</b>
Passivos fiscais - correntes	20	237.983	245.445
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.602.148</b>	<b>1.605.955</b>
Capital	26	996.551	996.551
Reservas	26	612.563	619.099
Ajuste de avaliação patrimonial	26	(6.966)	(9.695)
<b>Total do Passivo</b>		<b>5.841.560</b>	<b>7.637.324</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(7.743)</b>	<b>71.045</b>
TVM disponível para venda	2.038	(459)
Ajuste atuarial	(1.956)	(6.584)
Variação cambial de investimento no exterior	2.647	(2.647)
<b>Resultado abrangente total no exercício</b>	<b><u>(5.014)</u></b>	<b><u>61.355</u></b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

	<b>Capital realizado</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Lucros / Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>996.551</u></b>	<b><u>639.593</u></b>	<b><u>(5)</u></b>	<b><u>(73.217)</u></b>	<b><u>1.562.923</u></b>
Resultado do exercício	-	-	-	71.045	71.045
Outras reservas (nota 26.b)	-	(20.494)	-	2.172	(18.322)
Ajuste Patrimonial	-	-	(9.690)	-	(9.690)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b><u>996.551</u></b>	<b><u>619.099</u></b>	<b><u>(9.695)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.605.956</u></b>
Resultado do exercício	-	-	-	(7.743)	(7.743)
Outras reservas (nota 26.b)	-	(6.536)	-	7.743	1.206
Ajuste Patrimonial	-	-	2.729	-	2.729
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>996.551</u></b>	<b><u>612.563</u></b>	<b><u>(6.966)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.602.148</u></b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais</b>	<b>(1.036.230)</b>	<b>1.783.197</b>
Lucro líquido do exercício	(7.743)	71.045
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>	<b>62.775</b>	<b>(28.087)</b>
Despesas de depreciação e amortização	2.624	6.630
Despesas com provisões fiscais e previdenciárias	7.509	22.214
Provisão para redução a valor recuperável	8.435	4.030
Variação nos resultados de exercícios futuros	(343)	672
Imposto diferido	44.550	(61.633)
<b>(Aumento) / redução dos ativos operacionais</b>	<b>191.327</b>	<b>795.624</b>
Ativos financeiros ao custo amortizado	(479.841)	-
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	893.546	628.092
Ativos financeiros ao valor justo outros resultados abrangentes	(885.264)	-
Créditos tributários ativos	8.914	24.709
Outros ativos	653.972	142.823
<b>Aumento / (redução) dos passivos operacionais</b>	<b>(1.282.589)</b>	<b>944.616</b>
Passivos financeiros ao custo amortizado	(1.176.677)	1.071.212
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	99.066	81.982
Passivos fiscais	(7.462)	29.756
Outros passivos	(197.516)	(238.334)
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.398)</b>	<b>(5.833)</b>
Baixa de ativo tangível	(2.398)	(5.833)
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(534.188)</b>	<b>586.514</b>
Ativos financeiros ao custo amortizado	(21.463)	354.578
Passivos financeiros ao custo amortizado	(509.996)	241.626
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Instrumentos financeiros derivativos	(2.729)	(9.690)
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.572.816)</b>	<b>2.363.879</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:</b>		
Início do exercício	4.320.954	1.957.075
Fim do exercício	2.748.138	4.320.954
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.572.816)</b>	<b>2.363.879</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

## Índice das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1.	Contexto Operacional	14
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	14
	a) Declaração de conformidade	14
	b) Base de mensuração	14
	c) Moeda funcional e de apresentação	15
	d) Uso de estimativas e julgamentos	15
	e) Adoção de novas normas e interpretações	15
3.	Políticas contábeis significativas	24
	a. Base de consolidação	25
	b. Moeda estrangeira	25
	c. Juros	25
	d. Serviços e comissões	26
	e. Resultado de instrumentos financeiros para negociação	26
	f. Resultado de outros instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado	26
	g. Dividendos	26
	h. Despesa de imposto de renda e contribuição social	26
	i. Instrumentos financeiros	27
	j. Caixa e equivalentes de caixa	30
	k. Ativos e passivos para negociação	30
	l. Derivativos mantidos para fins de administração de riscos	30
	m. Empréstimos e recebíveis	31
	n. Ativos tangíveis	32
	o. Outros Ativos	32
	p. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	32
	q. Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados	33
	r. Provisões	33
	s. Garantias financeiras	34
	t. Benefícios aos empregados	34
	u. Lucro por ação	34
	v. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados	34
4.	Uso de estimativas e julgamentos	35
5.	Ajustes para as IFRS	36
6.	Margem financeira	40
7.	Resultado líquido de serviços e comissões	40
8.	Resultado de instrumento financeiros derivativos	40

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

9.	Ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros	41
10.	Despesas de pessoal	41
11.	Depreciação e amortização	41
12.	Outras receitas e despesas	41
13.	Despesas tributárias	42
14.	Outras despesas administrativas	42
15.	Despesas de imposto de renda e contribuição social	42
16.	Lucro por ação	43
17.	Caixa e equivalentes de caixa	44
18.	Instrumento financeiros - Ativos	44
19.	Ativos tangíveis	46
20.	Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos:	46
21.	Outros ativos	47
22.	Instrumentos financeiros - Passivo financeiro	48
a)	Mensurados ao custo amortizado	48
b)	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	49
23.	Provisões	49
24.	Outros passivos	50
25.	Ativos e passivos contingentes	50
26.	Patrimônio líquido	52
27.	Transações com partes relacionadas	53
28.	Benefícios a empregado	55
29.	Gerenciamento de riscos financeiros	56
a.	Risco Operacional	56
b.	Risco de mercado e Risco de taxa de juros no Banking Book	56
c.	Risco de crédito	59
d.	Risco de liquidez	63
e.	Estrutura de gerenciamento de capital	65

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

## **1. Contexto Operacional**

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”), com sede em São Paulo, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

Ainda em linha com o novo planejamento estratégico global do grupo Deutsche Bank, denominado “Estratégia 2020”, foi aprovado, em 14 de março de 2016, um novo plano de negócios para o Deutsche Bank Brasil. Considerando esse novo modelo de negócios, houve redução das atividades do Deutsche Bank Brasil, notadamente, em relação as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e arbitragens de câmbio. Como parte dessa estratégia em 01 de dezembro de 2016, o Banco incorporou a sua controlada Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A., cujo patrimônio líquido contábil representava na data R\$ 207.867 e encerrou as atividades de sua Agência no exterior - Uruguai durante o exercício de 2017.

## **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

### *a) Declaração de conformidade*

No âmbito da Resolução CMN nº 3786, as demonstrações financeiras do Banco estão sendo preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de março de 2019.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2011 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura).

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade de negócios. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

### *b) Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo.
- Instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado ou outros resultados abrangentes.
- Passivos de planos de benefícios definidos, mensurados como o valor presente das obrigações atuariais menos o total líquido dos ativos do plano, mais os ganhos atuariais não reconhecidos, menos os custos dos serviços passados e perdas atuariais não reconhecidas.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

*c) Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) de acordo com a moeda funcional do Banco.

*d) Uso de estimativas e julgamentos*

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações financeiras estão descritas na Nota Explicativa nº 4.

*e) Adoção de novas normas e interpretações*

O Banco adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. A seguir as normas e interpretações aplicáveis ao Banco:

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** emitido em seu formato final em julho de 2014, o *International Accounting Standards Board* (IASB) aprovou o IFRS 9, que substituiu a IAS 39 Instrumentos Financeiros, de acordo com as diretrizes definidas pelo G-20 (grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos Bancos Centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Européia) em abril de 2009, estabelecendo os requerimentos e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de *impairment e hedge accounting*.

**i. Transição**

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 são imateriais e foram registradas diretamente no resultado do exercício. Desta forma, as informações apresentadas no exercício de 2017 estão de acordo com a IAS39, portanto, as notas explicativas a seguir são necessárias para entendimento das diferenças relativas às informações do mesmo período de 2018.

**ii. Ativos e passivos financeiros**

**Reconhecimento e mensuração inicial**

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos da dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados.

Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde a data na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**iii. Classificação**

**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, o Banco pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de “Outros resultados abrangentes (VJORA)”. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada pelo Banco.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

**iv. Avaliação do modelo de negócios**

O Banco avalia o objetivo de seus modelos de negócios, nos quais os ativos são mantidos em nível de portfólio para avaliar como o negócio é administrado e informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Com destaque sobre, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros ou adequar a duração dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Banco;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

- Como os gestores do negócio são remunerados por exemplo, se a remuneração está relacionada ao valor justo dos ativos ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;

- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. As informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objetivo definido pelo Banco para administrar os ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

**v. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros**

Para fins desta avaliação, define-se “principal” como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se “juros” como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- alavancagem;
- prazos de pagamento antecipado e extensão;
- termos que limitem o direito do Banco aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

**vi. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros**

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócio para administrar os ativos financeiros.

**vii. Baixa de ativos financeiros**

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas por meio de “Outros resultados abrangentes” é registrada no resultado.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

A partir da data de primeira adoção do IFRS 9, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos por meio de “Outros resultados abrangentes” com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. São exemplos dessas operações as cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

**viii. Baixa de passivos financeiros**

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

**ix. Taxa de juros efetiva**

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperada se inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

**e.1) Modificações nos ativos e passivos financeiros**

**i. Ativos financeiros**

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

**ii. Práticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018**

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o Banco recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado.

Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido as dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

**iii. Receita de juros**

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto:

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

(a) Ativos financeiros adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, para os quais a taxa de juros efetiva original ajustada ao crédito é aplicada ao custo amortizado do ativo financeiro.

(b) Ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de inadimplência (ou "estágio3"), para os quais a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao seu custo amortizado líquido da provisão.

**iv. Instrumentos patrimoniais**

Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor. São exemplos os instrumentos de capital que incluem ações ordinárias.

Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração do Banco tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor através de outro resultado abrangente. As perdas por redução ao valor recuperável (e a reversão de perdas por redução ao valor recuperável) não são contabilizadas separadamente de outras variações no valor justo.

Com relação aos dividendos, quando representam um retorno sobre tais investimentos, continuam a ser reconhecidos no resultado como outros rendimentos quando o Banco possui o direito de receber pagamentos.

**v. Passivos financeiros**

O Banco baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

**vi. Compensação**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Banco atualmente tem um direito legalmente exequível de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Receitas e despesas são apresentadas em uma base líquida somente quando permitido pelas IFRS's ou para ganhos ou perdas resultantes de um grupo de operações semelhantes, como na atividade de negociação do Banco.

**vii. Mensuração ao valor justo**

O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento.

Quando há um disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo e as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma adequada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

**viii. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

O Banco reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- contratos de garantia financeira emitidos;
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Banco mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos a seguir, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumenta substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

**ix. Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros não sujeitos à redução a o valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

- compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e;
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

**x. Ativos modificados**

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.
- caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa de correntes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

**xi. Determinação de aumentos significativos no risco de crédito e reconhecimento da perda de crédito esperada pela redução do valor recuperável de ativos ("impairment")**

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como, outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras;
- um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de "impairment".

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

**xii. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: nenhuma provisão perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

**xiii. Avaliação individual ou coletiva**

Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.

Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

**xiv. Mensuração da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

**xv. Reversão da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.

Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de outros resultados abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em outros resultados abrangentes.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**e.2) Designação ao valor justo por meio do resultado**

**i. Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, o Banco designou determinados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, pois está designação elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil.

**e.3) Valores de perdas de crédito esperada**

**Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“impairment”):**

**i. Classificação de instrumentos financeiros por estágios**

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este Ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito como atraso, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

**ii. Metodologia de estimativa de *impairment***

A mensuração da perda esperada se realiza através dos seguintes fatores:

- Exposição a Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD-tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimativa desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência (LGD): é o valor não recuperado pelo credor frente ao valor do empréstimo concedido, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

### **iii. Definição de inadimplência**

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:

- for provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou o limite inicialmente concedido tenha sido reduzido em função do montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:

- qualitativos - por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos - por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco; e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

**IFRS 15** - Norma que trata do reconhecimento e divulgação de receita de contratos com clientes, o objetivo deste pronunciamento é auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entenderem a natureza, valores, prazos e incertezas envolvidas no reconhecimento de receitas e fluxos de caixa oriundos dos contratos com os clientes. Emitido em maio de 2014, é aplicável para relatórios anuais com início em 1º de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas.

A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.

Após análise das comissões/tarifas praticadas pela instituição versus aos novos conceitos da IFRS 15, foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018.

### **3. Políticas contábeis significativas**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

*a. Base de consolidação*

<b>Empresa</b> <b>Entidade financeira no Exterior</b>	<b>Atividade</b>	<b>Método de</b> <b>consolidação</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Deutsche Bank - Uruguay Branch (*)	Agência no exterior	Integral	-	100%

(\*) **Subsidiárias:** São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até ao momento em que esse controle cessa.

*b. Moeda estrangeira*

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio, para as respectivas moedas funcionais em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e os passivos de operações no exterior, inclusive o ágio e os ajustes do valor justo provenientes de aquisição, são convertidos em Reais pelas taxas cambiais em vigor na data da demonstração. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Reais pelas taxas cambiais vigentes nas datas das transações.

*c. Juros*

Receitas e despesas de juros são reconhecidas nas demonstrações do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados incluem:

- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, com base em taxa efetiva de juros;
- Juros em títulos de investimento disponíveis para venda, com base em juros efetivos;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em um *hedge* de fluxo de caixa, se

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

- o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividade do *hedge*) e nos itens protegidos quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas nas demonstrações dos resultados na rubrica de resultado de instrumentos financeiros para negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas nas demonstrações do resultado na rubrica resultados de instrumentos financeiros para negociação.

***d. Serviços e comissões***

As receitas de serviços e comissões, exceto as incidentes sobre um ativo ou passivo financeiro as quais são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

***e. Resultado de instrumentos financeiros para negociação***

O resultado de instrumentos financeiros para negociação inclui os ganhos e as perdas relacionados com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

***f. Resultado de outros instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado***

O resultado de instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, dos juros, dos dividendos e das diferenças cambiais, realizados ou a realizar e são apresentados em resultados de instrumentos financeiros de negociação.

***g. Dividendos***

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento do respectivo valor.

***h. Despesa de imposto de renda e contribuição social***

A despesa de imposto de renda compreende impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida nas demonstrações dos resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no patrimônio; nesse caso, é reconhecida no patrimônio.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos.

Em outubro de 2015, a Medida Provisória nº 675/15 foi convertida na Lei nº 13.169/15, a qual aumenta a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Portanto, até 31 de agosto de 2015, a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda e a partir de 1º de setembro de 2015 à alíquota de 20%, em conformidade com o definido na lei citada acima.

Em 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários de CSLL estão registrados a 15% em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/18, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provêm da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

*i. Instrumentos financeiros*

(i) Reconhecimento

Inicialmente, o Banco reconhece os empréstimos e os adiantamentos, os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo ativos e passivos designados a valor justo no resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco vem a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo, ou quando se transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação em que é transferida parte significativa dos riscos e dos benefícios da propriedade do ativo financeiro. Qualquer direito ou obrigação de ativos financeiros transferidos, que seja criado ou retido pelo Banco, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são atendidas, canceladas ou expiradas.

Quando os ativos são vendidos a terceiros com troca simultânea total da taxa de retorno dos ativos transferidos, a transação é contabilizada como uma transação de financiamento com seguro, similar a transações de recompra.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo enquanto permanecer o seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Em certas transações de transferência de ativos é mantida a obrigação de prestar serviços em troca da cobrança de uma tarifa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou se foi inferior para realizar o serviço (um passivo).

Também são baixados os ativos quando considerados incobráveis (vide Nota Explicativa nº 4).

(iii) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, somente quando, o Banco possui legalmente o direito de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas, ou de realizar os ativos e acertar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis ou oriundas de um Banco de transações similares, tais como as da atividade de negociação do Banco.

(iv) Avaliação pelo custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do reconhecimento inicial, com a adição ou dedução da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções ao valor recuperável.

(v) Avaliação ao valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições normais de mercado, na data da avaliação.

A determinação dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, normalmente um aumento, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida nas demonstrações dos resultados, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se observáveis.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores,

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

uma vez que as técnicas de avaliação não podem refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

(vi) Avaliação de risco de contraparte

O Banco apura o *Debt Valuation Adjustment (DVA)* que é a avaliação de derivativos em que o Banco incorpora o seu próprio risco de default ou risco de crédito. Esta prática é feita para refletir o fato de que uma contraparte informada deveria ajustar-se ao risco de *default* da entidade ao avaliar um negócio.

(vii) Identificação e avaliação de redução ao valor recuperável

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo apresentam redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando evidências objetivas demonstram que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo e que a perda teve um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Banco considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer redução ao valor recuperável incorridos, porém ainda não identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo títulos de capital) possuem redução ao valor recuperável podem incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento ou adiantamento pelo Banco em termos em que este não aceitaria em outra situação, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a não-existência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um grupo de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores ou emitentes no grupo, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências no grupo.

O Banco utiliza ferramentas globais de avaliação de crédito, através das quais são atribuídos os ratings internos para cada cliente, sendo estes utilizados no cálculo das provisões de acordo com os critérios de políticas globais. As provisões são divididas basicamente entre provisões específicas conhecidas como *Loan Loss Provision* ("LLP") e provisões genéricas, conhecidas como *General Valuation Allowance* ("GVA"). Esse processo está apoiado nas avaliações feitas pelo *Credit Risk Management* ("CRM") de cada localidade, o qual considera, entre outras características, as expectativas de geração de caixa futuro.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza modelagens estatísticas de tendências históricas da probabilidade de inadimplência, prazos de recuperação e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente comparados com os resultados reais para assegurar que continuem válidas.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

caixa estimados, descontadas as taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão de perdas. Os juros do ativo com redução ao valor recuperável continuam sendo reconhecidos enquanto existir a perspectiva de recebimento.

(viii) Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

O Banco tem classificado ativos e passivos financeiros a valor justo no resultado quando ocorre uma das situações abaixo:

- Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e relatados internamente com base no valor justo;
- A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer; ou
- O ativo ou passivo contém um derivativo embutido que modifica significativamente os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos pelo contrato.

***j. Caixa e equivalentes de caixa***

São representados por disponibilidades em caixa, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais não superiores a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As disponibilidades são contabilizadas no balanço pelo custo amortizado.

***k. Ativos e passivos para negociação***

Os ativos e passivos para negociação são mantidos pelo Banco com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação nas demonstrações do resultado do exercício, na rubrica resultado de instrumentos financeiros para negociação. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

***l. Derivativos mantidos para fins de administração de riscos***

Derivativos mantidos para fins de administração de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos para a negociação. Esses derivativos são mensurados a valor justo no balanço. O tratamento das mudanças no valor justo depende de sua classificação nas seguintes categorias:

***(i) Hedge de valor justo***

Quando um derivativo é designado como *hedge* das variações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas imediatamente no resultado com as variações no valor justo do item objeto de *hedge* que são atribuíveis ao risco objeto de *hedge* (na mesma linha das demonstrações dos resultados que o item objeto de *hedge*).

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como *hedge* de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item de *hedge* para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

de sua vida remanescente.

**(ii) Hedge de fluxo de caixa**

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista considerada altamente provável de ocorrência que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do período.

**(iii) Hedge de investimentos líquidos no exterior**

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como *hedge* de um investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Nos exercícios findos em 2018 e 2017, não houve derivativos destinados a “*hedge*”.

**(iv) Outros derivativos não destinados para negociação**

Quando um derivativo não é mantido para negociação, e não está designado em um relacionamento de *hedge*, todas as mudanças de seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado como um componente do lucro líquido em outros instrumentos financeiros a valor justo.

**(v) Derivativos embutidos**

Operações de instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como derivativos embutidos, quando possuir um outro acordo contratual (“contrato principal”). O Banco contabiliza os derivativos embutidos separadamente dos contratos principais quando o próprio contrato principal não é mantido a valor justo no resultado, e as características do derivativo embutido não são claras e estritamente relacionadas ao contrato principal. Os derivativos embutidos separados são contabilizados em suas classificações e apresentados no balanço juntamente com o contrato principal.

**m. Empréstimos e recebíveis**

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

relação à operação, aos devedores e garantidores.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

***n. Ativos tangíveis***

**(i) Reconhecimento e avaliação**

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Benfeitorias em imóveis de terceiros é de acordo com o prazo do contrato de locação.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o Banco e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para a atualidade e os períodos comparativos são os seguintes:

Sistemas e processamentos de dados	5 anos
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10 anos

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

***o. Outros Ativos***

Refere-se substancialmente aos valores em moedas estrangeiras que estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do exercício e são acrescidas de encargos contratuais atualizados “pro rata dia”.

***p. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros***

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros do Banco, exceto outros valores e bens e ativos de

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ágio é estimado a cada data de publicação do balanço.

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável se o valor de contabilização de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a ágio não é revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificados qualquer ativo que se classifique para fins de redução ao valor recuperável.

***q. Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados***

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são as fontes com que o Banco conta para captação.

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Banco decide registrar os passivos a valor justo no resultado.

O Banco contabiliza alguns depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados a valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado conforme descrito na política contábil i (v).

***r. Provisões***

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de quaisquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecimento no IAS 37 passivos contingentes e ativos contingentes. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

*s. Garantias financeiras*

Garantias financeiras são contratos que requerem do Banco pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável). As garantias financeiras são classificadas em outros passivos.

*t. Benefícios aos empregados*

Os benefícios concedidos aos funcionários são: seguro de vida, seguro saúde e odontológico, vale alimentação, vale refeição, auxílio creche e babá, vale transporte e estacionamento, sendo que nenhum destes benefícios é considerado parte do salário.

A despesa referente a estes benefícios é reconhecida no mesmo período da prestação de serviço por parte do funcionário.

*u. Lucro por ação*

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

*v. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados*

Durante os últimos anos foram emitidas e revisadas normas para melhorias das IFRS, sendo estas interpretações efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2016. Essas melhorias nas IFRS compreendem alterações que resultam em mudanças contábeis para o propósito de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, reconhecimento ou mensuração, como também terminologias ou alterações relacionadas a diversas normas das IFRS.

A seguir são apresentados os comentários sobre os pronunciamentos e interpretações avaliados durante o exercício de 2018:

**IFRS 16 - Arrendamento.** A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016 em substituição às normas IAS 17.

Operações de Arrendamento Mercantil, IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabelece que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme IAS 17. A IFRS 16 é mandatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

No início de um arrendamento, o arrendatário deverá reconhecer um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo do direito de uso devem ser reconhecidas separadamente.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

Com data de vigência a partir de janeiro de 2019, o Banco realizou análise preliminar deste novo pronunciamento, observando que baseado no atual modelo de negócios e contratos em vigor, o impacto nas demonstrações financeiras será imaterial.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos, publicada em junho de 2017 pelo IASB, a IFRIC 23 tem aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019 e visa clarificar os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração disposto no IAS 12 - Impostos sobre Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados.

#### **4. Uso de estimativas e julgamentos**

A Administração avalia junto aos comitês interno o desenvolvimento, a seleção e a divulgação de informações sobre as políticas e estimativas contábeis significativas do Banco e suas respectivas aplicações.

Essas divulgações complementam os comentários sobre identificação e avaliação de redução ao valor recuperável contemplados na nota 3.q

##### **Fontes fundamentais de incerteza nas estimativas**

###### *Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis*

A eventual perda por redução ao valor recuperável dos ativos registrados pelo custo amortizado é avaliada segundo as bases descritas na política contábil 3.i (iv).

O específico componente da contraparte no total de provisões para redução ao valor recuperável aplica-se a valores avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração avalia a situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

As provisões de redução ao valor recuperável calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com redução ao valor recuperável que não podem ser identificados individualmente. Um dos componentes das provisões calculadas coletivamente é o risco país. Ao avaliar a necessidade de provisões coletivas para devedores duvidosos, a Administração leva em consideração fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, são assumidas premissas para definir a forma de modelagem das perdas inerentes e determinar os padrões de entrada necessários, baseados na experiência histórica e nas condições econômicas presentes. A precisão das provisões depende, no caso de contrapartes específicas, da qualidade dessas estimativas de recebimentos futuros e das premissas e dos parâmetros do modelo utilizado para determinação das provisões coletivas.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

###### *Valor justo dos instrumentos financeiros*

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode resultar em resultados financeiros diferentes daqueles apresentados.

*Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda*

O Banco determina a existência de redução ao valor recuperável nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo. A determinação de uma desvalorização permanente ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Banco avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes premissas e estimativa poderá resultar em um nível diferente de perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

**Opiniões subjetivas críticas na aplicação das políticas contábeis do Banco**

*Classificação de ativos e passivos financeiros*

As políticas contábeis do Banco fornecem o escopo para, em determinadas circunstâncias, classificar ativos e passivos em diferentes categorias contábeis quando do seu reconhecimento inicial:

- Para a classificação de ativos ou passivos financeiros como “Destinados à negociação”, o Banco determinou que eles atendem à definição apresentada na política contábil 3.k.
- Para ativos ou passivos financeiros ao valor justo através de resultados, o Banco determinou que eles atendem a um dos critérios definidos na política contábil 3.i (viii) para tal classificação.
- Para a classificação de ativos ou passivos financeiros como mantidos até o vencimento, o Banco mantém políticas rígidas que determinam a manifestação clara sobre a intenção e a capacidade de mantê-los até a data do vencimento.

**5. Ajustes para as IFRS**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, estas são as demonstrações financeiras preparadas pelo Banco de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (exceto para os instrumentos financeiros - ativos e passivos - que a partir de 1º de janeiro de 2018, está alinhado aos preceitos do IFRS 9 nota 2.e)

Apresentamos abaixo os efeitos para as IFRS na posição financeira do Banco em 31 de dezembro de 2018:

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>BRGAAP 31/12/2018</b>	<b>Ajustes Dezembro</b>	<b>IFRS 31/12/2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa		<u>2.748.138</u>	<u>-</u>	<u>2.748.138</u>
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		<u>1.790.901</u>	<u>4.095</u>	<u>1.794.996</u>
Instrumentos de dívida		479.841	-	479.841
Créditos a clientes e recebíveis	a	1.318.903	10.073	1.328.976
Redução ao valor recuperável	a	(7.843)	(5.978)	(13.821)
<b>Mensurados ao valor justo no resultado</b>		<u>84.633</u>	<u>-</u>	<u>84.633</u>
Instrumentos financeiros derivativos		84.633	-	84.633
<b>Mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes</b>		<u>885.264</u>	<u>-</u>	<u>885.264</u>
Instrumentos de dívida		885.264	-	885.264
<b>ATIVO TANGÍVEL</b>		<u>7.574</u>	<u>-</u>	<u>7.574</u>
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>		<u>209.788</u>	<u>(103)</u>	<u>209.685</u>
Ativos tributários correntes		20.157	-	20.157
Ativos tributários diferidos	b	189.631	(103)	189.528
<b>OUTROS ATIVOS</b>		<u>111.270</u>	<u>-</u>	<u>111.270</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>5.837.568</u>	<u>3.992</u>	<u>5.841.560</u>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>				
<b>Mensurado ao custo amortizado</b>		<u>3.422.611</u>	<u>-</u>	<u>3.422.611</u>
Depósitos de clientes		1.677.831	-	1.677.831
Depósitos de instituições financeiras		322.630	-	322.630
Empréstimos e financiamentos		1.422.150	-	1.422.150
<b>Mensurado ao valor justo no resultado</b>		<u>223.052</u>	<u>(4.012)</u>	<u>219.040</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos	d	223.052	(4.012)	219.040
<b>PROVISÕES</b>		<u>360.119</u>	<u>(341)</u>	<u>359.778</u>
Provisões		297.984	-	297.984
Outros passivos		62.135	-	62.135
Redução ao valor recuperável	a	-	(341)	(341)
<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<u>237.983</u>	<u>-</u>	<u>237.983</u>
Passivos tributários correntes		237.983	-	237.983
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>1.593.803</u>	<u>8.345</u>	<u>1.602.148</u>
Capital		996.551	-	996.551
Reservas	e	604.218	8.345	612.563
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		(6.966)	-	(6.966)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u>5.837.568</u>	<u>3.992</u>	<u>5.841.560</u>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>BRGAAP 31/12/2017</b>	<b>Ajustes Dezembro</b>	<b>IFRS 31/12/2017</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.320.954</b>	-	<b>4.320.954</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO</b>		<b>978.179</b>	-	<b>978.179</b>
Instrumentos de dívida		772.998	-	772.998
Instrumento de patrimônio		-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		205.181	-	205.181
<b>EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS</b>		<b>1.912.053</b>	<b>(609.926)</b>	<b>1.302.127</b>
Créditos a clientes e recebíveis	a	1.923.102	(612.550)	1.310.552
Redução ao valor recuperável	a	(11.049)	2.624	(8.425)
			-	
<b>ATIVO TANGÍVEL</b>		<b>7.800</b>	-	<b>7.800</b>
<b>ATIVO INTANGÍVEL</b>		-	-	-
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>		<b>262.347</b>	<b>802</b>	<b>263.149</b>
Ativos tributários correntes		52.920	-	52.920
Ativos tributários diferidos	b	209.427	802	210.229
<b>OUTROS ATIVOS</b>		<b>765.115</b>	-	<b>765.115</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.246.448</b>	<b>(609.124)</b>	<b>7.637.324</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>5.842.651</b>	<b>(613.393)</b>	<b>5.229.258</b>
Depósitos de instituições financeiras		206.077	-	206.077
Depósitos de clientes		2.971.061	-	2.971.061
Empréstimos e financiamentos	c	2.544.696	(612.550)	1.932.146
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	d	120.817	(843)	119.974
<b>PROVISÕES</b>		<b>556.665</b>	-	<b>556.665</b>
Provisões		313.348	-	313.348
Outros passivos		243.317	-	243.317
<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>245.445</b>	-	<b>245.445</b>
Passivos tributários correntes		245.445	-	245.445
Passivos tributários diferidos		-	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.601.687</b>	<b>4.269</b>	<b>1.605.956</b>
Capital		996.551	-	996.551
Reservas	e	614.831	4.269	619.100
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		(9.695)	-	(9.695)
<b>Prejuízo acumulado do exercício</b>		-	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>8.246.448</b>	<b>(609.124)</b>	<b>7.637.324</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

Comentários sobre os ajustes:

a) Mensurados ao custo amortizado:

Créditos a clientes e recebíveis: IFRS9 - R\$ 4.095 (2017 - IAS39 - R\$ (612.550)).

Em 2018 os ajustes são oriundos da baixa para prejuízo de operação no local que ainda não foi considerada no IFRS 9 no montante de R\$ 10.073, redução do valor recuperável no valor de R\$ (5.978) e redução no valor recuperável registrado no passivo sobre compromissos de empréstimos e contratos de garantias financeiras no valor de R\$ (341)

Em 2017 o ajuste refere-se ao desreconhecimento de operações de crédito (*derecognition*), baseado nas condições contratuais que estabelecem condições idênticas de captação e repasse, totalizando R\$ 612.550 e ajuste de *General Valuation Allowance (GVA)* que trata-se do provisionamento sobre a carteira de crédito baseada no IAS 39 no montante de R\$ 2.624.

b) Crédito tributário diferido - R\$ (103) (2017 - R\$ 802).

Refere-se a aplicação da alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre o valor total dos ajustes.

c) Empréstimos e financiamentos - R\$ 0 (2017 - R\$ (612.550)).

Refere-se ao ajuste do passivo para a operação classificada como *derecognition*.

d) Mensurado ao valor justo no resultado:

Instrumentos financeiros derivativos - R\$ (4.012) (2017 - R\$ (843)).

Refere-se aos ajustes oriundos da mudança de taxa (Ptax x *Spot*) em relação às operações de arbitragens de moedas no montante de R\$ 2.876 e ao ajuste de DVA no montante de R\$ 1.136, que trata-se da avaliação do risco de default do próprio Banco, assumindo suas contrapartes em instrumentos financeiros derivativos.

e) Resultado líquido do exercício/reservas - R\$ 8.345 (2017 - R\$ 4.269).

Refere-se ao ajuste de resultado do exercício atual e anteriores.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

## 6. Margem financeira

A composição da rubrica de margem financeira é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas de operação de câmbio	1.796.993	615.068
Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez	161.617	189.697
Receitas com instrumentos financeiros	36.870	53.608
Receitas com operações de crédito	260.271	233.423
Outras receitas	21.742	24.522
<b>Receitas financeiras</b>	<b><u>2.277.493</u></b>	<b><u>1.116.318</u></b>
Despesas de operação de câmbio	(1.681.349)	(633.235)
Despesas de captação	(148.489)	(195.255)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(207.747)	(147.524)
Resultado de transações com títulos e valores mobiliários	-	(105)
<b>Despesas financeiras</b>	<b><u>(2.037.585)</u></b>	<b><u>(976.119)</u></b>
<b>Margem financeira</b>	<b><u>239.908</u></b>	<b><u>140.199</u></b>

## 7. Resultado líquido de serviços e comissões

A composição da rubrica de resultado líquido de serviços e comissões é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas de serviços e comissões</b>		
Serviços - exterior	97.732	123.273
Rendas de prestação de serviços	21.569	28.293
Comissão de colocação de títulos	11.441	13.203
Serviços de custódia	10.099	9.505
Tarifas	9.108	1.279
<b>Total de Receitas</b>	<b><u>149.949</u></b>	<b><u>175.553</u></b>
<b>Despesas de serviços e comissões</b>		
Serviços do sistema financeiro	(14.626)	(12.253)
Serviços prestados para empresas exterior	(44)	(9.256)
<b>Total de despesas de serviços e comissão</b>	<b><u>(14.670)</u></b>	<b><u>(12.402)</u></b>
<b>Resultado líquido de serviços e comissões</b>	<b><u>135.279</u></b>	<b><u>163.151</u></b>

## 8. Resultado de instrumento financeiros derivativos

A composição da rubrica de resultado de instrumento financeiro derivativo é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Swap	(10.671)	(27.799)
Termo / Títulos	349	228
NDF	(132)	10.975
Ajuste de precificação Res CMN 4.277	27	46
<b>Total</b>	<b><u>(10.427)</u></b>	<b><u>(16.550)</u></b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**9. Ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros**

A composição da rubrica de ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
NDF	(117.514)	786
Swap	(169.730)	114.570
Arbitragem	(63.893)	181.379
Futuros	274.016	(183.903)
<b>Total</b>	<b><u>(77.121)</u></b>	<b><u>112.832</u></b>

**10. Despesas de pessoal**

A composição da rubrica de despesas de pessoal é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração	(75.146)	(91.595)
Benefício	(22.378)	(19.638)
Encargos	(26.871)	(30.960)
Reestruturação	(15.806)	(17.179)
Diversos Pessoal	(1.748)	(875)
<b>Total</b>	<b><u>(141.949)</u></b>	<b><u>(160.247)</u></b>

**11. Depreciação e amortização**

A composição da rubrica de depreciação e amortização é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Instalações	(845)	(3.969)
Móveis e equipamentos	(605)	(1.113)
Processamento de dados	(1.140)	(1.438)
Outras imobilizações	(34)	(110)
<b>Total</b>	<b><u>(2.624)</u></b>	<b><u>(6.630)</u></b>

**12. Outras receitas e despesas**

A composição da rubrica outras receitas e despesas é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita atualização monetária	13.546	22.661
Receita de juros	4.279	3.380
Reversão de despesas administrativas	43	1.257
Outras receitas	2.586	975
<b>Total receitas</b>	<b><u>20.454</u></b>	<b><u>28.273</u></b>
Despesas com processos judiciais	(7.508)	(22.213)
Despesas de variação cambial	(2.117)	(1.984)
Despesas com baixa imobilizado	(503)	(499)
Despesas com fianças	(2.041)	(4.005)
Outras despesas	(20.621)	(7.880)
<b>Total despesas</b>	<b><u>(32.790)</u></b>	<b><u>(36.581)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>(12.336)</u></b>	<b><u>(8.308)</u></b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**13. Despesas tributárias**

A composição da rubrica outras despesas tributárias é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos e taxas diversas	(6.375)	(8.825)
COFINS	(8.913)	(10.585)
PIS	(1.448)	(1.720)
Reversões/anistia	(231)	(2)
<b>Total</b>	<b><u>(16.967)</u></b>	<b><u>(21.132)</u></b>

**14. Outras despesas administrativas**

A composição da rubrica outras despesas administrativas é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comunicações	(22.766)	(21.841)
Serviços técnicos especializados	(19.756)	(20.150)
Aluguéis	(5.174)	(7.930)
Viagens e refeições	(2.872)	(3.987)
Serviços de terceiros	(5.306)	(5.041)
Outras	(4.757)	(1.551)
Manutenção e conservação de bens	(6.110)	(3.768)
Seguros	(320)	(536)
Propaganda, promoções e publicidade	(667)	(920)
Material	(378)	(368)
Despesas de transporte	(416)	(514)
<b>Total</b>	<b><u>(68.521)</u></b>	<b><u>(66.606)</u></b>

**15. Despesas de imposto de renda e contribuição social**

A composição da rubrica despesas de imposto de renda corrente, imposto de renda diferido, contribuição social corrente e contribuição social diferido é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda corrente	(13.438)	(19.894)
Contribuição social corrente	(10.516)	(15.685)
Imposto de renda diferido	377	(14.751)
Contribuição social diferida	(20.973)	(11.304)
<b>Total</b>	<b><u>(44.550)</u></b>	<b><u>(61.633)</u></b>

A seguir é apresentado a apuração do imposto por entidade:

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>Banco</b>	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Resultado antes da tributação e das participações estatutárias no resultado	48.956	134.459	48.956	134.459
(-) Participação Estatutária	(16.933)	(19.004)	(16.933)	(19.004)
<b>Resultado antes da tributação e dos juros sobre capital próprio</b>	<b>32.023</b>	<b>115.455</b>	<b>32.023</b>	<b>115.455</b>
Efeitos marcação a mercado	29.991	(6.611)	29.991	(6.611)
Adições (exclusões) permanentes	5.324	10.561	5.324	2.268
Adições (exclusões) temporárias	9.692	(4.099)	7.775	(4.099)
<b>Base de cálculo</b>	<b>77.030</b>	<b>115.306</b>	<b>75.113</b>	<b>107.013</b>
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(23.109)	(36.099)	(22.534)	(33.611)
Base de cálculo após compensações	53.921	79.207	20.579	73.402
Impostos correntes	(13.801)	(20.212)	(10.879)	(15.685)
Incentivos fiscais / IR Filial Uruguai	363	318	363	-
Ativo fiscal Diferido	1.573	(10.446)	(20.255)	(7.858)
<b>Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício</b>	<b>(11.865)</b>	<b>(30.340)</b>	<b>(30.771)</b>	<b>(23.543)</b>

Os totais do Banco apresentados acima, podem ser resumidos conforme seguem:

<b>Valores apurados no local</b>	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Banco	(11.865)	(30.340)	(30.771)	(23.543)
<b>Total</b>	<b>(11.865)</b>	<b>(30.340)</b>	<b>(30.771)</b>	<b>(23.543)</b>

<b>Distribuição por tipo de imposto</b>	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Impostos correntes	(13.438)	(19.894)	(10.516)	(15.685)
Impostos diferidos	1.573	(10.446)	(20.255)	(7.858)
<b>Total</b>	<b>(11.865)</b>	<b>(30.340)</b>	<b>(30.771)</b>	<b>(23.543)</b>

<b>Ajustes para IFRS</b>	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Impostos diferidos	(1.196)	(4.306)	(718)	(3.445)
<b>Total</b>	<b>(1.196)</b>	<b>(4.306)</b>	<b>(718)</b>	<b>(3.445)</b>

<b>Valores ajustados para IFRS</b>	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Impostos correntes	(13.438)	(19.894)	(10.516)	(15.685)
Impostos diferidos	377	(14.751)	(20.973)	(11.304)
<b>Total</b>	<b>(13.061)</b>	<b>(34.645)</b>	<b>(31.489)</b>	<b>(26.989)</b>

## 16. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado nos lucros dos respectivos exercícios e na quantidade de ações ordinárias emitidas, sendo 801.494.530 ações. Os resultados dos lucros / prejuízos, por ação e por ação diluído, nos respectivos exercícios foram de R\$ (0,01) em 2018 e R\$ 0,09 em 2017.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

## 17. Caixa e equivalentes de caixa

A composição da rubrica de caixa e equivalente de caixa é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e contas-corrente em bancos	276.573	191.723
Reservas livres em espécie com o Banco Central	27	69.587
Operações interfinanceiras de liquidez	2.471.538	4.059.644
<b>Total</b>	<b><u>2.748.138</u></b>	<b><u>4.320.954</u></b>

## 18. Instrumento financeiros - Ativos

O Banco apresentou em 2018 ativos financeiros, classificados de acordo com os pronunciamentos do IFRS 9, nas categorias de custo amortizado, ao valor por meio do resultado e a valor justo por meio de outros resultados abrangentes demonstrados a seguir:

	<u>2018</u>			<u>Total</u>
	<u>Ativos financeiros - IFRS 9</u>			
	<u>Mensurados ao custo amortizado</u>	<u>Mensurados ao Valor Justo no resultado</u>	<u>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>	
<b>Instrumento de dívida</b>	<b><u>479.841</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>885.264</u></b>	<b><u>1.365.105</u></b>
Aplicações em moeda estrangeira	9.137	-	-	9.137
CDI	1.701	-	36.537	38.238
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	100.039	100.039
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	716.432	716.432
Tits. dados em garantia de ops em câmaras de liq. e comp.	-	-	32.256	32.256
Depósitos judiciais	469.003	-	-	469.003
Perda de valor recuperável	-	-	-	-
<b>Instrumento financeiro derivativos</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>84.633</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>84.633</u></b>
FX e arbitragem	-	(8.003)	-	(8.003)
NDF	-	80.176	-	80.176
SWAP	-	12.460	-	12.460
<b>Créditos a clientes e recebíveis</b>	<b><u>1.315.155</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.315.155</u></b>
Créditos a clientes e recebíveis	1.328.976	-	-	1.328.976
Perda de valor recuperável	(13.821)	-	-	(13.821)
<b>Total</b>	<b><u>1.794.996</u></b>	<b><u>84.633</u></b>	<b><u>885.264</u></b>	<b><u>2.764.893</u></b>

De acordo com o IAS 39 em 2017, o Banco apresentava ativos financeiros classificados nas categorias de disponível para venda.

O Banco utiliza-se de outros derivativos, não enquadrados nas classificações de *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa, para gerenciar a exposição a riscos de moeda, taxa de juros, mercado de capitais e risco de crédito. Os instrumentos utilizados são *swaps* de taxa de juros, de moedas e de riscos de crédito, contratos futuros, opções e NDFs.

O quadro abaixo demonstra abertura dos instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado de

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

acordo com os níveis de hierarquia descritos no IFRS 13.

	<u>Valor de Referência</u>	<u>Total</u>	<u>2017</u>	
			<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>
<b>Instrumentos de dívida</b>		<b>772.998</b>	<b>669.158</b>	<b>103.840</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	638.836	638.836	-
CDI/Aplicações em moeda estrangeira	-	103.840	-	103.840
Tits. dados em garantia de ops em câmaras de líq. e comp.	-	30.322	30.322	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>205.181</b>	<b>-</b>	<b>205.181</b>
Futuros	10.971.872	-	-	-
NDF	3.241.426	10.279	-	10.279
Swap	2.600.721	194.902	-	194.902
<b>Total</b>		<b>978.179</b>	<b>669.158</b>	<b>309.021</b>

**Nível 1** - Preços cotados e não ajustados em mercados ativos:

O valor justo dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

**Nível 2** - *Inputs* incluído no nível 1 que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços):

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores justos, são adotados os seguintes critérios:

- Futuros: cotações extraídas da B3 e da ANBIMA, conforme o caso;
- *Swap* e NDF: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços da B3 e preços de commodities, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

**Nível 3** - O Banco não possui ativos classificados nesse nível.

**Segue composição dos ativos financeiros cedidos em garantia**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Letras do tesouro nacional - LTN	716.431	638.836
Letras financeiras do tesouro LFT	100.040	-
Tits. dados em garantia de ops em câmaras de líq. e comp.	32.256	30.322
<b>Total</b>	<b>848.727</b>	<b>669.158</b>

Essas transações são conduzidas de acordo com os termos usuais e costumeiros em atividades bancárias de tomada e concessão de títulos e valores mobiliários, bem como segundo os requisitos determinados pelas bolsas, nos quais o Banco atua como intermediário. Os resultados encontram-se registrados na rubrica resultado de instrumentos financeiros.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**19. Ativos tangíveis**

A composição da rubrica de ativos tangíveis é a seguinte:

	2018			2017	
	Móveis e Equipamentos	Instalações	Outras Imobilizações	Total	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
Saldo inicial	2.118	265	5.417	7.800	13.632
Aquisições	2.850	-	-	2.850	1.266
Alienações	(448)	-	(4)	(452)	(468)
Depreciação do exercício	(1.768)	(847)	(9)	(2.624)	(6.630)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.752</b>	<b>(582)</b>	<b>5.404</b>	<b>7.574</b>	<b>7.800</b>

**20. Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos:**

**a) Impostos Diferidos (ativo e passivo)**

	2018			2017		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Créditos tributários						
Diferenças temporárias	50.578	30.319	80.897	42.204	33.763	75.967
	<b>50.578</b>	<b>30.319</b>	<b>80.897</b>	<b>42.204</b>	<b>33.763</b>	<b>75.967</b>
Créditos tributários						
Prejuízo fiscal / base negativa	62.591	46.040	108.631	68.368	65.894	134.262
	<b>62.591</b>	<b>46.040</b>	<b>108.631</b>	<b>68.368</b>	<b>65.894</b>	<b>134.262</b>

A constituição do imposto de renda diferido à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%, sobre os efeitos de marcação ao valor de justo de instrumentos de dívida, de instrumentos de patrimônio, de instrumentos financeiros derivativos e sobre os swaps não realizados, distribuídos por ano de vencimento dos títulos e instrumentos derivativos, já encontra-se representado pelo seu valor de realização, levando-se em consideração as características dos respectivos títulos, que estão classificados como para negociação, e dos instrumentos financeiros derivativos, conforme demonstrado a seguir:

**a.1) Segue movimentação do crédito tributário**

	dez/17	Constituição	(Realização)	dez/18
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	42.259	15.180	(6.861)	50.578
Contribuição social	33.707	8.521	(11.909)	30.319
	<b>75.967</b>	<b>23.701</b>	<b>(18.770)</b>	<b>80.897</b>
Prejuízo fiscal				
Imposto de renda	68.368	1.723	(7.500)	62.591
Contribuição social	65.894	1.842	(21.696)	46.040
	<b>134.262</b>	<b>3.565</b>	<b>(29.196)</b>	<b>108.631</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**a.2 ) Demonstração do efeito no resultado - oriundo dos registros de créditos tributários e impostos diferidos:**

	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>Outras diferenças temporárias</u>	<u>Efeito do crédito tributário</u>	<u>Efeito líquido</u>
	Receita (Despesas)	Receita (Despesas)	Receita (Despesas)	Receita (Despesas)
Imposto de renda	(5.777)	6.155	377	377
Contribuição social	(19.854)	(1.119)	(20.973)	(20.973)
<b>Efeito em 2018</b>	<b>(25.631)</b>	<b>5.036</b>	<b>(20.596)</b>	<b>(20.596)</b>
<b>Efeito em 2017</b>	<b>(15.747)</b>	<b>19.042</b>	<b>3.295</b>	<b>3.295</b>

**a.3 ) Expectativa de realização do crédito tributário**

**a.3-i ) Banco**

De acordo com o planejamento feito pela Administração e projeções de resultado para os próximos anos, a realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa registrados em 31 de dezembro de 2018 ocorrerá até o final de 2022, conforme tabela abaixo:

Exercícios	Resultado projetado	Dedutibilidade do crédito tributário	Expectativa de realização	Saldo de crédito tributário no final do período
<i>Saldo dezembro / 2018:</i>				108.631
2019	148.000	44.400	17.760	90.871
2020	258.000	77.400	30.960	59.911
2021	315.000	94.500	37.800	22.111
2022	315.000	94.500	22.111	-

**b) Passivos fiscais correntes - Banco**

Segue a composição dos valores de passivos fiscais correntes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos incontroversos	199.703	195.021
Impostos e contribuições a recolher (IR Fonte, ISS, etc.)	12.323	11.632
Impostos e contribuições correntes sobre lucro	23.325	35.579
Cobrança arrecadação tributos	2.632	3.213
<b>Resultado de passivos fiscais correntes</b>	<b>237.983</b>	<b>245.445</b>

**21. Outros ativos**

A composição da rubrica de outros ativos é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações de câmbio (**)	-	229.642
Depósitos judiciais (*)	-	440.610
Devedores conta liquidações pendentes	25.576	4.682
Devedores diversos	20.365	28.232
Pagamentos a ressarcir	23.723	23.444
Títulos de crédito a receber	37.255	32.418
Despesas antecipadas	1.258	1.440
Adiantamento, antecipações salariais e outros	171	2.394
Serviços prestados a receber	1.455	979
Rendas a receber	1.467	1.274
<b>Total</b>	<b>111.270</b>	<b>765.115</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

(*) Depósitos judiciais	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tributação MTM sobre operações de mercado futuro	-	238.677
Depósitos previdenciários	-	130.840
Demanda COFINS	-	-
Demandas ISS	-	16.928
Depósito judicial trabalhista	-	3.213
Outras demandas tributárias	-	50.952
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>440.610</u>

(\*) Houve reclassificação para instrumentos derivativos de dívida de acordo com IFRS 9, vide nota 18.

(\*\*) Houve reclassificação para derivativos de acordo com IFRS 9, vide nota 18.

## 22. Instrumentos financeiros - Passivo financeiro

### a) Mensurados ao custo amortizado

A composição da rubrica de depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à vista	57.563	73.506
Relações interdependência	17.272	23.682
Depósitos interfinanceiros	247.795	108.889
<b>Total</b>	<u>322.630</u>	<u>206.077</u>

Os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 78% (2017 - 100%). Segue abertura por prazo de vencimento:

Depósitos interfinanceiros	<u>2018</u>	<u>2017</u>
3 a 12 meses	247.795	108.889
<b>Total</b>	<u>247.795</u>	<u>108.889</u>

Os depósitos de clientes são compostos de: depósitos a vista e a prazo. Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 74% e 101,5% (2017 - entre 70% e 101,5%) e CDBs pré-fixados 9,62% a 13,22% a.a. em 2017. Segue abertura por tipo e prazo de vencimento:

Depósitos de clientes	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Depósito à vista</b>	291.440	159.768
<b>Depósito a prazo</b>		
Até 3 meses	506.392	645.251
3 a 12 meses	738.562	1.164.905
1 a 3 anos	141.437	996.487
3 a 5 anos	-	59
5 a 15 anos	-	4.591
<b>Total</b>	<u>1.677.831</u>	<u>2.971.061</u>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Empréstimos e financiamentos no exterior</b>		
Obrigações por tomada de linha (a)	1.146.998	1.620.840
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	74.732	207.348
Financiamento à importação	-	82.738
Financiamentos à exportação (b)	200.420	21.220
<b>Total</b>	<b><u>1.422.150</u></b>	<b><u>1.932.146</u></b>

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB New York, em Dólar, com taxa máxima de até 2,46% ao ano e vencimentos até janeiro de 2019.

(b) Referem-se às captações com o DB Frankfurt e DB New York, principalmente em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 3,36% ao ano e vencimentos até agosto de 2019.

(c) Referem-se basicamente às captações com DB Frankfurt e DB New York, em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 3,43% e vencimentos até setembro de 2019.

**b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

A composição da rubrica de instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	<b>2018</b>			<b>Total</b>
	<b>Passivos financeiros - Nível 2</b>			
	<b>Mensurados ao custo amortizado</b>	<b>Mensurados ao Valor Justo no resultado</b>	<b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	
<b>Instrumentos derivativos</b>				
NDF	-	(65.747)	-	(65.747)
SWAP	-	(153.293)	-	(153.293)
	<u>-</u>	<u>(219.040)</u>	<u>-</u>	<u>(219.040)</u>

	<b>Valor de Referência</b>	<b>2017</b>			
		<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
Swap	1.019.241	102.520	-	102.520	-
NDF	4.037.767	28.892	-	28.892	-
Câmbio		(11.438)	-	(11.438)	-
<b>Total</b>		<b><u>119.974</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>119.974</u></b>	<b><u>-</u></b>

Para maiores informações sobre a carteira de derivativos do Banco, vide nota 18.

**23. Provisões**

A composição da rubrica de provisões é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas de pessoal	90.894	107.485
Passivos contingentes	203.340	203.831
Outros	3.750	2.032
<b>Total</b>	<b><u>297.984</u></b>	<b><u>313.348</u></b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

## 24. Outros passivos

A composição da rubrica de outros passivos é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Câmbio (*)	-	213.232
Negociação intermediação	40.401	14.663
Receitas de exercícios futuros	6.014	6.357
Diversos	15.720	9.065
<b>Total</b>	<b><u>62.135</u></b>	<b><u>243.317</u></b>

(\*) Houve reclassificação para derivativos de acordo com IFRS 9, vide nota 18.

## 25. Ativos e passivos contingentes

### a) Ativos contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, ao menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser divulgados.

### b) Passivos contingentes

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Para os processos com probabilidade de perda avaliada como possível, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme demonstrado a seguir:

Composição e movimentação das provisões segregadas por natureza:

	<u>Saldo em dez/17</u>	<u>Adição à provisão</u>	<u>Reversão resultado</u>	<u>Reversão depósito/pagamento</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em dez/18</u>
<b>Fiscais</b>						
IR/CS (a)	243.212	-	-	-	5.952	249.164
INSS (b)	127.996	-	-	-	4.015	132.011
CSLL	12.164	-	-	-	369	12.533
Outros	781	-	-	-	-	781
<b>Total fiscais</b>	<u>384.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.336</u>	<u>394.489</u>
<b>Trabalhistas</b>	13.676	253	(5.557)	(1.561)	956	7.767
<b>Cíveis/Créditos</b>	237	-	(237)	-	-	-
<b>Tributário (c)</b>	36	-	-	-	1	37
<b>Administrativo (d)</b>	750	-	-	-	-	750
<b>Total provisões</b>	<u>398.852</u>	<u>253</u>	<u>(5.794)</u>	<u>(1.561)</u>	<u>11.293</u>	<u>403.043</u>

(a) Trata-se de ação judicial movida pelo Banco onde é questionada a forma de tributação sobre a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Esta ação encontra-se totalmente provisionada e também depositada judicialmente conforme descrito na nota 23.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

Em novembro de 2009 o Banco aderiu ao programa de anistia do Governo Federal, tendo como base o efeito tributário oriundo das atualizações ao valor de mercado, sendo que os efeitos contábeis serão produzidos após o deferimento judicial.

Em junho de 2010, o pedido de renúncia foi deferido, com ressalva, pelo Desembargador Federal que decidiu que a destinação de eventuais depósitos fosse dirimida no Juízo de origem.

Em outubro de 2017, nosso recurso especial não foi conhecido pelo STJ, assim como nosso agravo interno foi desprovido pela 1ª turma do mesmo tribunal, não restando recursos cabíveis a serem interpostos na referida ação.

Em janeiro de 2018, o Ministério da Fazenda concordou com a conversão do valor remanescente do depósito judicial em renda da União e, por ora, aguardamos o trânsito em julgado do processo para assim realizarmos a baixa do mesmo nos livros contábeis.

O valor atualizado desta ação judicial é de R\$ 244.489. Também consta provisionado neste item a o valor de R\$ 4.675 referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado ao Deutsche Bank Corretora de Valores.

- (b) Informamos a existência de execução fiscal movida em face do Banco relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 132.011, correspondente ao valor atualizado do respectivo depósito judicial constituído para essa causa. Informamos que a melhor estimativa da perda esperada para esse caso é o próprio valor do depósito judicial.
- (c) Consta, ainda, uma ação de natureza previdenciária (valor provisionado de R\$ 37) relativa a execução relacionada ao não recolhimento de INSS no período de abril a maio de 2008.
- (d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades envolvendo a administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou proposta de celebração de termo de compromisso, razão pela qual provisionou o valor de R\$ 750. Aguarda-se manifestação da CVM.

**Contingências classificadas com risco de perda possível**

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como “possível”, sendo elas (i) mandado de segurança relativo à CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição, R\$ 2.538, (ii) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 12.853 (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.222 (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 16.117. Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 17.017, para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em 31 de dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor total de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). O Banco apresentou impugnações a esses autos de infração, que deram origem a dois procedimentos administrativos. Em um desses procedimentos o Banco obteve parcial sucesso, com redução do valor objeto de cobrança, sendo que o valor remanescente (cuja cobrança permanece possível) poderá ser objeto de discussão judicial. O Banco permanece no aguardo do desenvolvimento do segundo procedimento administrativo, a fim de verificar se haverá (ou não) redução do valor objeto de cobrança. O valor atualizado (agregado) objeto dos procedimentos aqui referidos é de R\$ 34.763.

Há, também, execução fiscal ajuizada pela União (Fazenda Nacional) em 17 de junho de 2010 com base na Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.132.653-7, referente à cobrança de valores relacionados a contribuição previdenciária (cessão de mão de obra) a cargo do empregador supostamente devidos sobre pagamentos efetuados a empregados a título de participação nos lucros (período de junho de

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

1995 a janeiro de 1999). Há depósito judicial efetuado em ação declaratória correlata no valor (atualizado) de R\$ 2.866.

Em 29 de fevereiro de 2012 foi distribuído procedimento administrativo relacionado ao programa de Participação de Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008 (valor atualizado de R\$ 6.109). Impugnação do Banco foi julgada procedente - aguarda-se julgamento do recurso de ofício que foi apresentado (fase administrativa).

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização por danos materiais movida por um Fundo de Investimento em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa é de R\$ 20.000 (valor atualizado em dezembro de 2018 é de R\$ 30.603).

Os processos de natureza trabalhistas e cíveis contra o Banco e classificados com probabilidade de perda “possível” possuem valores agregados de R\$ 49.273 e R\$ 33.551, respectivamente.

A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.128. Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 4.068 e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$1.230. Ainda com relação às discussões com o mesmo órgão municipal, o Banco impetrou quatro ações anulatórias com a finalidade de desconstituir autos de infração lavrados por este Município e que atualmente somam o montante de R\$ 9.378. Foram realizados alguns depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 12.235.

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados e aguardam julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor atualizado dessas demandas é de R\$ 30.458. Esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor (atualizado) de R\$ 16.697, para seguimento das discussões na esfera judicial.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda “possível” dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

## **26. Patrimônio líquido**

### ***a. Capital social***

O capital social totalmente integralizado, no montante de R\$ 996.551, está composto por 801.494.530 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

### ***b. Prejuízos acumulados / Reserva estatutária***

O prejuízo acumulado refere-se ao resultado auferido no exercício. Os lucros auferidos nos últimos exercícios foram transferidos para reserva estatutária.

### ***c. Ajustes de avaliação patrimonial***

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial, registrados no patrimônio líquido, referem-se aos ganhos/perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

disponível para venda no montante de R\$ 2.038, do ajuste atuarial de R\$ (1.956) e da baixa do ajuste de variação cambial sobre investimento no exterior no montante de R\$ 2.647.

**d. Juros sobre capital próprio e dividendos**

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram distribuídos dividendos e JCP.

**e. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III**

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia II, com efeito a partir de julho de 2008. Em março de 2013, foram publicadas novas medidas relacionadas aos acordos de Basileia III, as quais passaram a vigorar em outubro do mesmo ano.

A seguir são apresentados os valores apurados de acordo com as bases do padrão contábil local:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Risco operacional	64.964	84.478
Risco de crédito	307.807	374.071
Risco de moeda/cambial	86.078	2.970
Risco de juros	<u>103.524</u>	<u>99.425</u>
<b>Total Patrimônio Líquido exigido - PLE</b>	<b><u>562.373</u></b>	<b><u>560.994</u></b>
Patrimônio referência	1.485.171	1.494.276
Margem para limite Basileia	<u>922.798</u>	<u>933.332</u>
Percentual de utilização	<u>37,87%</u>	<u>37,54%</u>
<b>Índice Basileia</b>	<b><u>22,78%</u></b>	<b><u>24,64%</u></b>
RBAN	15.801	10.115
<b>Razão de alavancagem *</b>	<b><u>15,93%</u></b>	<b><u>15,64%</u></b>

\* A razão de alavancagem passou a ser requerida pelo Banco Central a partir de outubro de 2015.

**27. Transações com partes relacionadas**

**a. Transações com empresas ligadas**

O Banco mantém negócios em condições usuais de mercado com as coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

	2018		2017	
	Exercício		Exercício	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
<b>Disponibilidades (DEME) (i)</b>	<b>258.474</b>	-	<b>189.828</b>	-
Deutsche Bank AG, Frankfurt	172.836	-	128.547	-
Deutsche Bank AG, Tokyo	1.607	-	5.957	-
Deutsche Bank AG, New York	83.697	-	55.160	-
Deutsche Bank AG, London	334	-	164	-
<b>Aplicações em ME (i)</b>	<b>9.137</b>	-	-	-
Deutsche Bank AG, New York	9.137	-	-	-
<b>Serviços prestados para empresas no exterior (ii)</b>	<b>66.706</b>	<b>87.806</b>	<b>67.237</b>	<b>115.198</b>
Deutsche Bank AG, London	37.435	55.573	32.045	45.662
Deutsche Bank AG, New York	3.740	4.675	10.853	23.719
Deutsche Bank Securities Inc. (NY)	-	-	12.862	20.078
DWS investment GmbH	-	-	5.083	7.414
Deutsche Asset Management Investment GmbH	5.070	5.895	-	-
Deutsche Bank Trust Company Americas	-	112	-	971
Deutsche Investment Management Americas Inc.	4.552	4.002	3.059	4.813
Deutsche Bank AG, Hongkong	-	1.147	-	1.721
Deutsche Bank AG, Frankfurt	-	368	-	-
DB AG Cayman Islands Branch	11.145	10.580	3.335	10.820
Sal O. Jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft	4	4	-	-
Deutsche Investments Australia Limited	4	4	-	-
DB Trust Company Americas NY	4.537	4.310	-	-
Deutsche AM Distributors, Inc.	4	4	-	-
Deutsche Asset Management (Asia) Limited	8	7	-	-
Deutsche Asset Management Group Limited	4	4	-	-
Deutsche Asset Management Schweiz AG	12	11	-	-
Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	12	11	-	-
RREEF America L.L.C	7	7	-	-
DeAM (Japan) Limited	12	11	-	-
DeAM SGIC SA	7	7	-	-
Deutsche Asset Management (UK) Limited	50	961	-	-
Deutsche AM SA	31	44	-	-
DeAM Intern. GmbH	70	69	-	-
<b>Depósito à vista (i)</b>	<b>6.267</b>	-	<b>30.489</b>	-
Deutsche Bank Securities Inc.	66	-	26.881	-
Dbusbz2, Llc.	169	-	365	-
Deutsche Bank AG, London	5.395	-	3.192	-
DB Investment Management S.A	586	-	-	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD.	51	-	51	-
<b>Depósito a prazo (i)</b>	<b>(431.194)</b>	<b>(13.317)</b>	<b>(559.986)</b>	<b>(41.701)</b>
Global Markets FIM Crédito Privado de Invest do Exterior	(431.194)	(13.317)	(406.018)	(34.860)
Dbusbz2, Llc.	-	-	(153.968)	(6.841)
<b>Obrigações por empréstimos e repasses (i)</b>	<b>(1.422.150)</b>	<b>(16.067)</b>	<b>(1.849.410)</b>	<b>(15.053)</b>
Deutsche Bank AG, Frankfurt	(80.596)	(19)	(87.184)	(7)
Deutsche Bank AG, New York	(1.341.554)	(16.048)	(1.762.226)	(15.046)
<b>Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (i)</b>	<b>9.938</b>	<b>(18.095)</b>	<b>(10.577)</b>	<b>149.384</b>
Deutsche Bank AG, London	9.938	(18.095)	(10.577)	149.384
<b>Despesas a pagar para empresas no exterior (ii)</b>	<b>(10.372)</b>	<b>(2.663)</b>	<b>(7.039)</b>	<b>(2.624)</b>
Deutsche Bank AG, Frankfurt	(10.372)	(2.161)	(7.039)	(2.226)
DBOI Global Services Private Limited	-	(502)	-	(398)

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

- (i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.
- (ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

***b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração***

b - 1 - Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b - 2 - Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b - 3 - Benefícios de curto prazo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração fixa	11.383	9.963
Remuneração variável (curto prazo)	1.416	2.609
Encargos trabalhistas	4.441	4.363

b - 4 - Benefícios de longo prazo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração variável (longo prazo)	1.583	2.530
Encargos trabalhistas	549	878

B - 5 - Outras informações conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal chave da administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

**28. Benefícios a empregado**

O CPC33 - benefícios a empregados foi homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15 e tem aplicação a partir de 1º de janeiro de 2016.

O Banco constituiu provisões sobre benefícios pós-emprego caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como benefícios do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 21.203 (2017 - R\$ 15.025);
- Fundo Garantidor por Tempo de Serviço (“FGTS”): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada aos funcionários demitidos ou aposentados. A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 7.815 (2017 - R\$ 3.423);
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco não apresentou *déficit* e nem *superávit*.

## **29. Gerenciamento de riscos financeiros**

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros no Banking Book (IRRBB - *Interest rate risk in the banking book*), Liquidez, Operacional, Reputacional e Socioambiental.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557, o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

### **a. Risco Operacional**

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos e indicadores de performance, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

### **b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros no Banking Book**

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.464 de junho de 2007, o Banco instituiu uma política de gerenciamento de riscos de mercado. A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco.

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**Gerenciamento de Risco de Mercado**

A estrutura de gerenciamento compreende papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado (MRM - *Market Risk Management*) exerce uma função específica de gerenciamento de risco de mercado e de IRBBB, atuando de forma independente das áreas de Negócios. A área de MRM monitora continuamente os níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nocionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- *Value-at-Risk* (VaR): é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. A metodologia utilizada baseia-se em uma simulação de Monte Carlo com 10,000 cenários, intervalo de confiança de 99% e 1 dia de *holding period* (*Stress Testing*): medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *Market Risk Management*.
- Sensibilidades: são divididas em categorias tais como Taxas de Juros, Câmbio.

**Análise de Sensibilidade**

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras foram segregadas entre negociação (*Trading Book*) e Bancária (*Banking Book*). Essa segregação visa confirmar que a carteira de não segregação apresenta as mesmas condições de captação e repasse, de forma que não geram impacto em caso de condições extremas nas taxas de mercado, inclusive como pode ser observado pelos volumes apresentados abaixo na coluna de não negociação, tanto para ativo quanto para passivo.

	2018		2017	
	Negociação	Não Negociação	Negociação	Não Negociação
<b>ATIVO</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.748.138	-	4.320.954	-
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
<b>Mensurados ao custo amortizado (nota 18)</b>	<b>479.841</b>	<b>1.328.976</b>	<b>-</b>	<b>1.302.127</b>
Instrumento de dívida	479.841			
Créditos a clientes e recebíveis		1.328.976		1.302.127
<b>Mensurados ao valor justo no resultado</b>	<b>84.633</b>	<b>-</b>	<b>978.179</b>	<b>-</b>
Instrumentos de dívida			772.998	
Instrumento de patrimônio	-			
Instrumentos financeiros derivativos	84.633		205.181	
<b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 18)</b>	<b>885.264</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Instrumento de dívida	885.264			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.197.876</b>	<b>1.328.976</b>	<b>5.299.133</b>	<b>1.302.127</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**PASSIVOS FINANCEIROS**

<b>Mensurado ao custo amortizado (nota 22)</b>	-	<b>3.422.611</b>	-	<b>3.177.138</b>
Depósitos de clientes	-	1.677.831	-	2.971.061
Depósitos e empréstimos de instituições financeiras	-	322.630	-	206.077
Empréstimos e financiamentos		1.422.150		
<b>Mensurados ao valor justo no resultado (nota 22)</b>	<b>219.040</b>	-	<b>119.974</b>	-
Instrumentos financeiros derivativos	219.040	-	119.974	-
<b>Outros passivos - Câmbio (nota 24)</b>	-	-	<b>213.232</b>	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>219.040</b>	<b>3.422.611</b>	<b>333.206</b>	<b>3.177.138</b>

**Risco de câmbio**

Para fins de gerenciamento da sensibilidade de câmbio, o Banco utiliza o valor da exposição cambial como referência. Abaixo a composição dessa sensibilidade:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Demais produtos	1.843	17.136

**Risco de juros**

A seguir é apresentado o resultado do teste de sensibilidade de juros para os principais produtos que da carteira de negociação.

Para fins de apuração do efeito gerado pelo teste de sensibilidade de juros, foi utilizado o choque de +1bp (*basis point*) na taxa de juros, em linha com a metodologia global utilizada pelo Banco para esse tipo de produto.

**Análise de Sensibilidade - taxa de juros**

	<b>2018</b>				
<b>Moeda</b>	<b>BRL</b>	<b>USD</b>	<b>JPY</b>	<b>EUR</b>	<b>GBP</b>
Bonds/Cash	(41.412)	-	-	-	-
Forwards	16.662	(20.515)	72	164	-
Futuros	114.409	(394.899)	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-
Swaps	(66.060)	406.948	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>23.599</b>	<b>(8.466)</b>	<b>72</b>	<b>164</b>	<b>-</b>

	<b>2017</b>				
<b>Moeda</b>	<b>BRL</b>	<b>USD</b>	<b>JPY</b>	<b>EUR</b>	<b>GBP</b>
Bonds/Cash	(35.288)	-	-	-	-
Forwards	(8)	15.072	4	(17.178)	1.359
Futuros	158.761	(503.585)	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-
Swaps	(123.285)	478.589	-	17.345	(279)
<b>Totais</b>	<b>180</b>	<b>(9.924)</b>	<b>4</b>	<b>167</b>	<b>1.080</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**c. Risco de crédito**

Em abril de 2009 foi publicada a Resolução CMN nº 3.721 para Gerenciamento de Risco de Crédito. O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente de crédito. Os limites de crédito são revisados regularmente. A mensuração e o acompanhamento da exposição ao risco de crédito, abrange todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

*Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito*

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- Qualquer alteração material do limite de crédito deve ser aprovada segundo a alçada necessária (incluindo prazo, tipo de garantia, *covenants*);
- O Banco determina alçadas de crédito para indivíduos segundo suas qualificações, experiência e treinamento;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

*Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito*

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito - Deutsche Bank Brasil - em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na *webpage* local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na *webpage* do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Aprovação de transações para clientes brasileiros, com exceção para as subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company - MNC), cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Estratégia proposta (incluindo subsidiárias) e o apetite ao risco para aprovação pela alçada competente ao limite de crédito proposto;
- Proposição de nomes para serem incluídos na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos mais fracos;
- Preparo de relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Da mesma forma, o Banco possui um Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de Riscos, incluindo a área de CRM, podendo a mesmo desempenhar outras funções na Instituição, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

***Monitoramento do Risco de Crédito***

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito serão igualmente monitoradas e revisadas de forma regular. Isso considerará todos os fatores relevantes, inclusive, sem se restringir a estágios dentro do ciclo de crédito, o ambiente econômico geral e necessidades de negócios.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CRC.

Aos clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, a área de CRM do DB Brazil faz a revisão semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito são monitoradas continuamente. São preparados relatórios de excedentes para todos os analistas de crédito. Todos os excedentes dos limites de crédito precisam ser investigados e deverá ser definido um plano de ação específico (por exemplo, cancelar ou aumentar o limite). Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

***Classificação do Risco de Crédito***

A ferramenta utilizada na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* desenvolvido pelo Grupo DB, sendo que o Comitê de Risco do Grupo DB é o componente organizacional responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados.

O sistema de *rating* do Grupo DB, adotado pelo Banco, tem vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo o primeiro o melhor *rating* e o último, o pior.

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

Segue abaixo a correlação entre as classificações do Banco e as correspondentes classificações do BACEN:

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>Deutsche Bank</b>	<b>Bacen</b>
De iAAA a iBBB-	AA
iBB+	A
De iBB a iBB-	B
De iB+ a iB-	C
De iCCC+ a iCCC	D
iCCC-	E
iCC+	E / F / G
iD	H

Grupo de Classificação de Ratings (GCRT): O processo de avaliação inicial e coleta de informações necessárias relativas à avaliação da classificação de rating das contrapartes serão feitos pelo GCRT ou pela KCP designada para os nomes onde a cobertura é feita localmente;

***Comunicação Interna do Risco de Crédito***

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e gravidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os limites de crédito, conforme aprovado durante o processo de aprovação de crédito;
- Dados precisos de exposição de acordo com as metodologias de crédito aprovadas;
- Parâmetros da indústria, país e outros para facilitar a gestão do portfólio e revisões da indústria.

A área de CRM deve emitir regularmente relatórios gerenciais com o objetivo de informar à Diretoria Executiva a respeito do desempenho do gerenciamento do risco do portfólio de crédito, em linha com as políticas e estratégias estabelecidas.

Ao CRC, um membro da área de CRM apresenta um relatório gerencial contendo quadro com as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- A avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Informações relativas às exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação; e
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação.

***Detalhamento do Risco de Crédito***

Os limites de crédito estabelecem o máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir durante determinados períodos. Eles relacionam produtos, condições de exposição entre outros fatores. Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar ou estender os limites de crédito existentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com a sua qualificação profissional e experiência.

As aprovações de crédito são dadas por dois profissionais, sendo que ao menos um deles deve possuir a alçada necessária.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (expected loss) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Esse critério de provisionamento visa proteger o Banco contra os impactos das perdas decorrentes de operações de crédito.

***Risco de Contraparte***

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes desta Instituição.

*Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.263/05*

O Banco possui acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco, decorrente de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco junto com a contraparte.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo - Exposição	123.698	236.637
Passivo - Garantidor	<u>(30.417)</u>	<u>(117.976)</u>
<b>Exposição residual</b>	<b><u>93.281</u></b>	<b><u>118.661</u></b>

*Mitigadores do Risco de Crédito*

Várias técnicas de mitigação de crédito são pró-ativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, que dependem do seu risco tipo, associado e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não compensam os padrões de subscrição de alta qualidade.

O Banco utiliza amplas ferramentas quantitativas e métricas para monitorar as atividades de mitigação de risco de crédito. São estabelecidos limites para os produtos incluindo garantias e derivativos.

**d. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é a possibilidade da instituição não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez é executado pela área de *Treasury*, que é uma unidade segregada das

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. *Treasury* é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CRC e BoD.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez; e
- Aprovação de Novos Produtos.

**Plano de Contingência de Liquidez**

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez da instituição, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez.

Com o objetivo de demonstrar a liquidez do Banco, a seguir é apresentado o quadro resumo, com os ativos e passivos financeiros por vencimento para a data base 31 de dezembro de 2018:

	2018					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	2.748.138	-	-	-	-	2.748.138
<b>Mensurado ao custo amortizado</b>	-	<b>743.140</b>	<b>404.260</b>	<b>182.563</b>	<b>478.854</b>	<b>1.808.817</b>
Instrumentos de dívida	-	10.838	-	-	469.003	479.841
Créditos a clientes	-	732.302	404.260	182.563	9.851	1.328.976
<b>Mensurado ao valor justo no resultado</b>	-	<b>22.481</b>	<b>42.627</b>	<b>19.525</b>	-	<b>84.633</b>
Instrumentos financeiros derivativos	-	22.481	42.627	19.525	-	84.633
<b>Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes</b>	-	<b>103.054</b>	<b>462.330</b>	<b>287.623</b>	<b>32.257</b>	<b>885.264</b>
Instrumentos de dívida	-	103.054	462.330	287.623	32.257	885.264
<b>Total</b>	<b>2.748.138</b>	<b>868.675</b>	<b>909.217</b>	<b>489.711</b>	<b>511.111</b>	<b>5.526.852</b>

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

	2017					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4.320.954	-	-	-	-	4.320.954
Instrumentos de dívida	-	18.655	724.021	-	30.322	772.998
Swaps	-	2.495	63.053	18.174	111.180	194.902
Operações a termo	-	7.194	2.500	585	-	10.279
Créditos a clientes	-	569.266	9.917	731.368	-	1.310.551
<b>Total</b>	<b>4.320.954</b>	<b>597.610</b>	<b>799.491</b>	<b>750.127</b>	<b>141.502</b>	<b>6.609.684</b>

	2018					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Mensurado ao custo amortizado</b>	<b>(349.003)</b>	<b>(1.833.582)</b>	<b>(1.098.589)</b>	<b>(141.437)</b>	<b>(3.422.611)</b>	<b>(3.422.611)</b>
Depósitos de clientes	(291.440)	(506.392)	(738.562)	(141.437)	-	(1.677.831)
Depósitos de instituições financeiras	(57.563)	(25.272)	(239.795)	-	-	(322.630)
Empréstimos e financiamentos	-	(1.301.918)	(120.232)	-	-	(1.422.150)
<b>Mensurado ao valor justo no resultado</b>	<b>-</b>	<b>(47.702)</b>	<b>(17.591)</b>	<b>(153.747)</b>	<b>(219.040)</b>	<b>(219.040)</b>
Instrumentos financeiros derivativos	-	(47.702)	(17.591)	(153.747)	-	(219.040)
<b>Total</b>	<b>(349.003)</b>	<b>(1.881.284)</b>	<b>(1.116.180)</b>	<b>(295.184)</b>	<b>(3.641.651)</b>	<b>(3.641.651)</b>

	2017					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Passivos financeiros</b>						
Arbitragens	-	(5.556)	(5.881)	-	-	(11.437)
Swaps	-	-	3.162	-	99.358	102.520
Operações a termo	-	19.498	9.101	292	-	28.891
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.932.146	-	-	1.932.146
Depósitos de clientes	-	805.019	1.164.905	996.487	4.650	2.971.061
Depósitos de instituições financeiras	97.188	-	-	108.889	-	206.077
<b>Total</b>	<b>97.188</b>	<b>818.961</b>	<b>3.103.433</b>	<b>1.105.668</b>	<b>104.008</b>	<b>5.229.258</b>

**e. Estrutura de gerenciamento de capital**

**Estrutura de Gerenciamento de Capital**

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional.

**Responsabilidade**

A área de *Treasury* é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital da instituição.

**Deutsche Bank Brasil**  
**Demonstrações financeiras**  
**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de Reais)**

**Plano de Capital**

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

**Processos de Gerenciamento de Capital**

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.